

Adolescência, homossexualidade, gênero: a psicologia sócio-histórica como um novo caminho

Élcio Nogueira dos Santos¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Resumo: Tentando construir novos caminhos nas ciências psicológicas, para uma melhor compreensão do chamado adolescente homossexual e das identidades de gênero, procuramos neste artigo desconstruir e questionar as visões essencialistas e naturalizantes que ainda cercam os conceitos de adolescência, homossexualidade e gênero para uma grande parte dos profissionais e pesquisadores em psicologia. Utilizamos o aporte teórico da Psicologia Sócio-Histórica, como proposto por L.S. Vigotski e González-Rey.

Palavras Chave: desenvolvimento; homossexualidade; gênero e adolescência.

Introdução

A psicologia atualmente enfrenta alguns desafios. Um deles é sua relação com as diversidades sexuais. Uma ciência muitas vezes presa a seus próprios conceitos e pré-conceitos, ao longo do século XX a psicologia tornou-se hermética a algumas questões. A constante e já surrada disputa entre sujeito X sociedade, biologia (objetividade) X mentalismo (subjetividade); têm impedido um avanço maior das pesquisas das ciências psi sobre as diversidades sexuais e outros campos de estudos vinculados à psicologia.

A tarefa que nos propomos neste espaço é a de re-visitar teóricos que trataram do desenvolvimento da sexualidade infantil e da adolescência como uma tentativa de desconstruir ultrapassadas concepções sobre sujeito, sociedade e sexualidade humana. Uma longa digressão sobre tais teorias seria exaustiva e nos afastaria muito de nosso objetivo. Nos deteremos apenas na importância das concepções da sexualidade desenvolvidas por alguns teóricos, algumas críticas feitas a eles e mostraremos que, diferentemente das afirmações feitas por Erikson, Aberastury & Knobel, entre outros, a homossexualidade é uma identidade positiva, ao menos para alguns jovens.

¹ Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de sexualidade humana, desenvolvimento e adolescência, com ênfase em Ciências Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: homossexualidade, política, ética e corporeidade.

Homossexualidade, identidade

Penso ser importante debater dois conceitos-chaves quando falamos de homoerotismo e identidades. A palavra homossexual, apesar de frequentemente usada por teóricos das diversas áreas e por aqueles que se posicionam como pessoas que fazem sexo com pessoas do mesmo sexo, pode muitas vezes induzir à concepção essencialista e “engessada” da sexualidade.

Tal palavra tem seu surgimento na psiquiatria oitocentista e mantém a divisão homo/hetero, excluindo outras possibilidades homoeróticas. Neste sentido, a palavra se torna um forte indicador de uma identidade política, em que alguns sujeitos são aceitos e outros são excluídos.

Herdt & Boxer (1996) em sua pesquisa com os jovens *gays* da *Horizons* nos falam que a identidade *gay* é preferível. Sem dúvida, esta palavra trás uma conotação menos carregada de estigma e preconceito. Nos EUA alude diretamente ao movimento *gay* de 1969, significa o orgulho de uma identidade. Entretanto, no Brasil, a palavra *gay* se tornou equivalente ao termo “homossexual”, pode-se dizer que tem uma conotação menos forte politicamente. Ao meu ver, a expressão: jovens que mantêm relações afetivas e/ou sexuais com jovens do mesmo sexo seria melhor.

Um outro ponto sobre esta palavra é que ela indica uma suposta essência psíquica de um sujeito que mantém práticas homoeróticas. Esta suposta essência não é palpável quando nos deparamos com as múltiplas práticas homoeróticas. Deste modo, quando a palavra homossexual é usada neste texto, ela deve ser entendida como estando em suspenso, e servindo apenas como artifício de linguagem.

Um outro ponto diz respeito ao conceito identidade. Como aponta Butler(2003), o conceito de identidade engessa o sujeito em binômios excludentes, cristaliza sua psique e se torna politicamente uma força de exclusão. Para a autora, as identidades são construídas a partir de suas margens; ou seja, é a partir da heteronormatividade que regula e impõe regras de gênero e de sexualidade, que outras identidades, não aceitas socialmente são construídas.

Com o avanço social das identidades homossexuais, outras identidades que também mantêm práticas homoeróticas têm sido colocadas à margem dos discursos normativos das práticas homoeróticas e dos discursos de gênero. Neste ponto, o próprio conceito “identidade” se torna um instrumento político perigoso se não for questionado. Ou seja, quando falamos *identidade*, devemos nos perguntar de que identidade falamos e quais identidades deixamos de fora do nosso discurso. Assim, tanto quanto as palavras homossexual, homossexualidade, a palavra identidade também deve ser entendida como em suspenso.

Teorias de desenvolvimento em psicologia

Na contemporaneidade, os discursos sobre a sexualidade proliferam; sofisticam-se as maneiras de controle e regulação da vida dos sujeitos através de seus comportamentos sexuais. Utilizando-me da expressão de Guacira Lopes Louro: as “sexualidades disparatadas” se multiplicam, *Drag Queens* e transexuais desafiam e parodiam as normas de gênero e os limites das fronteiras corporais, tidas até então como limite objetivo, último, da definição do sexo de uma pessoa (Louro, 2001).

Como pesquisadores em psicologia e profissionais psicólogos, ainda nos encontramos presos a dogmas construídos no século XIX e que perduram até os nossos dias. Acredito que uma das razões que impedem o avanço da psicologia neste campo são as concepções teóricas sobre desenvolvimento humano e sua vinculação com um desenvolvimento da sexualidade tido como “saudável” ou “normal” transmitidas à exaustão nos vários cursos de psicologia existentes.

O que nos dizem tais teorias? Que o desenvolvimento de uma pessoa é linear, universal. Que todos os seres humanos terão em determinadas etapas de seu desenvolvimento capacidade cognitiva, desenvolverão sua sexualidade em um determinado momento de suas vidas, terão como meta máxima serem vencedores em suas sociedades e buscarão procriar e manter a espécie.

Mesmo admitindo-se que a palavra desenvolvimento pressupõe de imediato um padrão, uma norma, não podemos deixar de observar que tais teorias tornam como meta comum, de todos os seres humanos, padrões francamente ocidentais. Ou, em outras palavras, padrões eurocêntricos. Podemos nos perguntar se, se tornar vencedor para os Sâmbia, por exemplo, seria a mesma coisa que se tornar vencedor para um brasileiro. Todos os seres humanos desejam procriar? Uma pergunta que nos interessa mais diretamente: a diferenciação sexual tem o mesmo valor em todas as culturas?

Para tentarmos responder a estas questões e adotarmos uma postura crítica sobre as teorias de desenvolvimento, ou as concepções que temos sobre tais teorias temos de situá-las historicamente, contextualizá-las social e politicamente. Vejamos o que nos dizem alguns críticos das concepções e teorias em desenvolvimento.

Benedito Rodrigues dos Santos (1996) e Sergio Ozella (2002) em suas pesquisas apontam Stanley Hall, biólogo e médico norte-americano, como o “fundador” do conceito de adolescência. Santos (1996) nos demonstra a forte influência de Darwin e Freud sobre o pesquisador norte-americano. Freud ([1905]1981) em seus *Três ensaios*, em uma nota de rodapé, de 1910, no ensaio nº 2 - *A sexualidade infantil*, cita o trabalho de Hall:

Os julgamentos antes expostos sobre a literatura da sexualidade infantil não podem ser mais inteiramente mantidos depois da publicação da *grande obra* de Stanley Hall: “*Adolescência, sua psicologia e suas relações com a fisiologia, antropologia, sociologia, sexo, crime, religião e educação*” (Freud [1905]1981, pág. 1178; destaques do autor)

Segundo Santos (1996), Hall transportou o conceito biológico de Darwin para a psicologia. O autor afirma: “Hall divide a evolução da criança em estágios correspondentes às eras pré-históricas do desenvolvimento da raça humana”. A adolescência corresponderia ao “estágio transacional e turbulento na história da raça, depois que níveis de civilização mais elevados foram alcançados” (pág.141; destaques do autor).

Para Benedito Rodrigues dos Santos (1996), no entanto, foi Freud que teve maior impacto entre os reformistas e pensadores dos séculos XIX e XX. Seus conhecidos estágios de evolução psico-sexual do ser humano, oral, anal, fálico, latência e genital são amplamente difundidos inclusive no senso comum. Apesar de Freud nunca ter afirmando ou permitido que afirmassem em nome da psicanálise que a homossexualidade fosse considerada desviante; alguns de seus textos, em especial *Os três ensaios*, demonstram que Freud não escapou ao seu tempo. Sua visão heterocêntrica e heteronormativa transborda no texto.

Se a homossexualidade para Freud não é desviante, se todos os seres humanos nascem, segundo Freud, bissexuais; se a homossexualidade tem um papel importante na identificação da criança até a fase de latência; no entanto, a homossexualidade deve ser reprimida para o desenvolvimento “saudável” da heterossexualidade, ou, para as conformações dos sujeitos às normas sociais de gênero.

O conceito de Hall foi vinculado à teoria freudiana da sexualidade e frutificou entre os pesquisadores da adolescência. Um seguidor importante foi Erik Erikson. Segundo Erikson (1976) durante a “crise” da adolescência quando o jovem não consegue se identificar com membros considerados “positivos” de sua sociedade ele se identifica com membros considerados “marginais” socialmente.

A teoria da identidade negativa de Erik Erikson pode ser considerada um avanço dentro das concepções de sua época. Para Erikson, muitos jovens acabam assumindo uma identidade negativa como uma defesa de padrões culturais excessivamente rígidos da sociedade norte-americana. Assim, muitos jovens assumiriam identidades homossexuais como forma de protesto contra seus pais, outros andariam com usuários de drogas, etc. Deste modo, a “crise” da adolescência, para Erikson, é necessária, universal e representa uma maneira de contestação da ordem social pelo jovem.

Mesmo considerando-se a teoria de Erikson um avanço, não se pode deixar de notar que, para ele, o conceito de identidade pressupõe um desenvolvimento dentro de determinados padrões, padrões estes de certo e errado, todos os jovens passariam por esta suposta crise e, tal crise está ligada ao desenvolvimento biológico do sujeito. Em outras palavras, temos uma crise de identidade na adolescência ou, este período é o mais favorecido para esta vivência porque estamos em uma completa transformação hormonal, nos tornamos “rebeldes” em função dos nossos hormônios.

Mas, como Erikson (1976) representa a sexualidade mais precisamente? Para ele, a sexualidade está vinculada à diferenciação sexual, ao que significa ser homem e mulher no sentido biológico do termo. Os corpos humanos surgem, para Erik Erikson como pré-requisitos para a identidade de gênero e, por consequência para a identidade sexual. A “identidade” de gênero torna-se igual à “identidade” sexual. Ou seja, a diferenciação sexual é biológica, um fato, uma realidade concreta e objetiva, uma “essência” sobre a qual repousa a verdade sexual do ser humano. Em uma frase, a verdade do que é ser masculino e feminino. Graças ao pênis, que é o órgão penetrante durante o ato sexual, e a vagina, que é receptiva, os homens seriam “ativos”, “extrovertidos”, os que “penetram” durante o ato sexual.

A afirmação de Erikson (1976, págs. 175-6), sobre um rapaz e seus atos homossexuais demonstra sua posição sobre a sexualidade e a homossexualidade:

Um caso correspondente é o de um rapaz apresentado numa clínica psiquiátrica como “o homossexual da terra” de uma pequena cidade do interior. Feita a investigação, apurou-se que o rapaz conseguira obter essa fama sem a prática de quaisquer atos reais de homossexualidade, exceto um: ainda criança, tinha sido violado por alguns rapazes mais velhos.

O ato sexual é definido então pela penetração. Fica claro na ultima parte do enunciado de Erikson: “...ainda criança tinha sido *violado* por alguns rapazes mais velhos”. O único “ato” homossexual do jovem foi ter sido violentado ou “passivo” durante a relação com os outros rapazes que, subentende-se eram heterossexuais porque penetraram durante o ato.

A criança que, supostamente não tem capacidade cognitiva de consentir no ato sexual, pois não apreende totalmente os significados de uma relação, passa a ter capacidade cognitiva de apreender e reconhecer os significados de uma relação sexual se esta relação for homossexual. Em outras palavras, podemos ler, no texto de Erikson que: o rapaz não foi violado quando criança, mas ele *praticou* um ato sexual. Ele *consentiu* na relação com os outros rapazes.

Nota-se claramente os valores morais e de regulação sócio-sexual defendidos por Erikson; a mulher, que deve se preservar “virgem” talvez venha a ser violada, isso vai se dever ao seu comportamento. Por exemplo, se ela tiver um comportamento que não é aceitável socialmente, é provável que ela acabe passando de vítima a algoz. Já o rapaz não, ele é sempre, desde seu nascimento, “compulsivo” sexualmente, deste modo, ele consente na relação, ele *quer* a relação. Pode-se deduzir que, para o autor cognição e apreensão são vinculadas à diferenciação sexual. E também, como Erikson coloca a homossexualidade como uma identidade “negativa”, então também o rapaz não é vítima de estupro, mas autor do ato.

Para o autor a diferenciação dos corpos, a posição durante a relação sexual e os valores morais e éticos construídos no ocidente oitocentista estão vinculados e seriam determinantes da orientação sexual e de características de personalidade. A identidade sexual e de gênero são tornadas então, exclusivamente biológicas e se tornam a definição da norma sexual.

Aberastury & Knobel (1992, pág. 45-6), no capítulo *A evolução sexual desde o auto-erotismo até a heterossexualidade*, seguem o mesmo caminho de Erikson. Para eles a identificação dos meninos se dá com o pai, em função da penetração do ato sexual, por isso, são extrovertidos. Já as meninas são “receptivas”, para receber o órgão genital masculino, por isso são mais tímidas e recatadas. Deste modo, tanto Erikson como Aberastury & Knobel, atribuem características de caráter que supostamente seriam comuns à humanidade por causa da suposta posição, que diga-se, seria constante e universal, durante o ato sexual.

Percebe-se claramente o conceito de gênero e o de diferenciação sexual como determinante na posição dos pesquisadores da sexualidade. Em outras palavras, o que está por trás das afirmações de Erikson (1976) Aberastury & Knobel (1992) não são padrões de desenvolvimento que seriam “comuns” a toda a humanidade, mas sim, valores morais e éticos, ligados à sua época histórica, padrões estes que tornam a assimetria dos gêneros, como normativos da sexualidade e da própria saúde mental.

A diferenciação dos corpos: uma perspectiva sócio- histórica

Este padrão dos gêneros foi construído pelas ciências biomédicas do século XIX. Ou, os homens são sexualmente “ativos” e as mulheres são “passivas”, e isto é definido pela diferenciação sexual (Costa, 1995).

Seguindo Laqueur (2001) e Costa (1995) notamos que, como nos diz Costa (1995), durante o século XIX, a ciência positivista transforma uma “concepção metafísica” do corpo, dominante até então, para uma concepção biomédica e psicológica. Em outras palavras, até a metade do século XIX a mulher era o invertido do homem.

Seu corpo era concebido como exatamente igual ao corpo masculino. Laqueur (2001) ilustra esta concepção com desenhos feitos por anatomistas sobre o corpo da mulher. Saco escrotal, canal da uretra, enfim, toda a anatomia externa do homem era imputada à mulher; mas esta anatomia não era externa, mas sim, interna. Segundo Jurandir Freire tal concepção seria metafísica, uma herança da igreja que concebia os seres humanos como “iguais”. Esta percepção dos corpos, no entanto, não significava que as mulheres tinham os mesmos direitos e muito menos o mesmo status que os homens.

Com o avanço da medicina e da psiquiatria surge o modelo *two-sex-model* (Costa, 1995, p.98), ou seja, transporta-se para o corpo da mulher a desigualdade, a oposição biológica. Mulheres e homens se tornarão diferentes, serão desiguais em seus aspectos políticos, jurídicos e afetivos. Detendo-me nos aspectos afetivos: as mulheres serão consideradas mais “sensíveis” que os homens, serão “feitas” para procriar, cuidar do lar e das crianças burguesas, terão bruscas mudanças de humores, serão introvertidas, contidas sexualmente. Enquanto os homens serão extrovertidos, voltados para atividades fora de suas casas, serão impulsivos sexualmente, “precisarão” ter mais relações sexuais, pois assim o exige sua “natureza”.

Podemos ver, através de Laqueur (2001) e Costa (1995) como a diferenciação dos corpos e as identidades sexuais foram vinculadas à identidades de gênero. Entretanto, como afirma Butler (2003), o gênero é uma construção histórica e social e assimétrica. Não há, como afirma a autora, uma essência biológica, metafísica ou psíquica do que é ser mulher ou homem.

Para Butler (2003, p.29, destaques da autora), uma teoria social do gênero, teria como ponto de partida o deslocamento da concepção universal da pessoa para as posições históricas e antropológicas que compreendem:

. . . o gênero como uma *relação* entre sujeitos socialmente construídos, em contextos especificáveis. Este ponto de vista relacional ou contextual sugere que a pessoa “é” - e a rigor, o que o gênero “é” - refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada.

Nos termos de Butler (2003, p.195), nem a biologia e nem a cultura são “destino”. Não somos determinados pela cultura na qual estamos inseridos e nem somos determinados pelos nossos corpos biológicos, mas são nossas relações inter e intrapessoais, desenvolvidas em uma determinada época histórica e em uma dada cultura, que nos determinam. Butler (2003) sugere que, os gêneros não podem ser nem verdadeiros ou falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável.

Louro (2001, p.5, aspas da autora), nos fala sobre os corpos:

Os significados dos corpos deslizam e escapam, eles são múltiplos e mutantes. Até mesmo o gênero e a sexualidade — aparentemente deduzidos de uma “base” natural — são atributos que se inscrevem e se expressam nos corpos através das artimanhas e dos artifícios da cultura. Gênero e sexualidade não são definições seguras e estáveis, mas históricas e cambiantes.

Para a autora, os significados dos corpos são deslizantes porque: “são objetos de disputas. Distintas instâncias culturais falam dos corpos, afirmam o que eles são, explicam-nos, dizem como são, como devem ser. Decidem sobre a sexualidade, sobre a vida, o prazer, o nascimento e a morte.” (2003, p.5)

Ou seja, não podemos pensar a diferenciação biológica como determinante de uma identidade de gênero e tampouco atribuir a esta diferenciação características de personalidade universais. A biologia não é o determinante, mas sim, o que nos determina são nossas relações inter e intrapessoais. Ou nos termos de (Buttler,2003), o ser humano é relacional. Em que a diferenciação sexual pode ou não ser importante para a construção de identidades homossexuais.

Tal diferenciação é intertextual, carregada de significados e símbolos construídos nas relações eu-outro, em que o outro é quem me define e vice-versa. Claro, concordamos com Louro (2001), todas as culturas têm seus marcadores de masculinidades e feminilidades, mas tais marcadores não são uma essência biológica configurada através da diferenciação sexual.

Assim, podemos repensar as sexualidades e as homossexualidades não como uma essência, uma verdade última inscrita em corpos; verdades estas que seriam transculturais e a-históricas, mas de um modo diferente. Como uma construção histórica e social, relacional, cambiante, flutuante, independente dos corpos biológicos e culturais das pessoas. Intersubjetiva, dado que a subjetividade é construída sócio-historicamente. (González- Rey, 2004)

As “*homossexualidades*”

Muitos ainda perguntariam: A “homossexualidade” não seria simplesmente prática sexual entre pessoas do mesmo sexo? Isto não existiu sempre? Inclusive na Grécia Clássica? Atribuindo desta maneira uma historicidade para as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Ou os recalcitrantes, apegados a antigas concepções: Não é um “desvio” da sexualidade “normal”? Não é uma “aberração”?

As perguntas conduzem para respostas simples, práticas e sem necessidade de explicação. Elas são auto-explicativas. Nos desobrigam de adotarmos uma postura crítica diante de um fenômeno social. Respostas que são oriundas da academia do fim do século XIX e suas diversas maneiras de pensar o sujeito e que se tornaram de tal modo difundidas, em todo o século XX, até mesmo no senso comum gerando pré-conceitos, estigma e exclusão social.

Ao meu ver, as “homossexualidades” se apresentam diferentemente das concepções atuais em psicologia. Já vimos que, em algumas teorias sobre a adolescência, o conceito de gênero torna-se marcador, determinante mesmo, de características de personalidade, que são atribuídas à diferenciação sexual e de posições políticas. Não podemos nos esquecer, como demonstra Foucault (1993), a importância política da sexualidade como regulação dos corpos e das vidas dos sujeitos. Ou seja, não podemos nos isentar como pesquisadores e profissionais, de nossas visões e concepções. Em outras palavras, não fazemos uma ciência “neutra”; fazemos também uma ciência política e ideológica.

Seguindo Costa (1995), a “homossexualidade” nasceu em 1861. Seu criador Karoly Maria Benkert. Nasce, ou melhor, constrói-se o binômio hetero/homossexual, o masculino/feminino, enfim as polaridades que definem ou definiam até pouco tempo atrás o que era uma sexualidade “saudável” torna-se a norma sexual. De outro modo, o gênero masculino torna-se medida padrão da saúde sexual, a sexualidade será vista como essencialmente procriadora, relações sexuais fora do casamento monogâmico sem

fins procriativos serão consideradas como não recomendáveis, e a heterossexualidade será encarada como normal, saudável, recomendável para os seres humanos.

Como demonstra Jurandir Freire, com o surgimento do personagem social “homossexual”, este passará a ser tomado como o invertido do homem. Ele será uma mulher em um corpo de homem; se sua anatomia é idêntica à masculina, o que lhe será imputado serão os sentimentos que foram imputados à mulher. Deste modo a homossexualidade será o “desvio” da sexualidade que confirmará sua norma. Ou, para que exista uma sexualidade heterossexual, é necessário que exista uma sexualidade homossexual.

Homens que praticavam sexo com outros homens não serão mais punidos, em alguns países tal punição podia chegar a pena de morte. Tais pessoas estão livres das sentenças e dos tribunais. Mas agora serão objeto da psiquiatria. Sofrerão lavagem cerebral, choques elétricos, terapias de “reversão” sexual, enfim todo o arsenal de torturas que estava à disposição da psiquiatria.

Deste modo, quando empregamos a palavra homossexual ou uma “identidade homossexual”, conforme, Butler (2003), Costa (1995), Herdt & Boxer (1996) entre outros, acabamos por imputar ao outro uma essência psicológica que ele não possui, características de personalidade que lhes foram impingidas pelas ciências biomédicas e pela psiquiatria do século XIX. E, mesmo que nossa intenção não seja esta, separar este sujeito do resto tido como “normal” sexualmente. Enfim, é falar de uma “identidade” ou melhor, de uma *entidade* psiquiátrica.

A homossexualidade na adolescência: uma vivência positiva

Santos (2004), em recente pesquisa com adolescentes homossexuais masculinos aponta para os relatos dos entrevistados que se percebem como “diferentes” por volta dos cinco anos. “Diferente” significa, para eles, gostar de conversar mais com as meninas, estar mais tempo com elas, brincarem com jogos tidos como das meninas, e sentirem-se mais atraídos fisicamente por meninos. Três entrevistados relataram que tiveram suas primeiras experiências sexuais com outros jovens, por volta dos 10-12 anos. É importante destacar que tanto suas companhias femininas como suas primeiras experiências sexuais foram prazerosas, mas que não tinham para eles o significado que as relações afetivas e/ou sexuais com pessoas do mesmo sexo têm socialmente, e também, eles não se viam como femininos ou meninas. Estamos portanto, bem distante do estereótipo social.

Eduardo sintetiza bem esta questão do significado social atribuído à homossexualidade, tal como a concebemos e sua relação com a divisão dos gêneros após suas primeiras experiências sexuais. Ele nos diz: “... eu fui vendo minha história de infância, eu sempre fui *diferente*, dos outros garotos da escola, sempre tive uma mentalidade diferente, um jeito diferente, aí com doze anos eu tive minha primeira relação e foi aí que eu descobri, porque o cara me chamou e eu fui numa boa (...) as pessoas já viam em mim o que eu não queria ver, então as pessoas se sentiam no direito de caçoar de mim, de me colocar para baixo... eu não queria ver que eu era homossexual...”. O que as pessoas diziam para Eduardo sobre a homossexualidade? Ele nos relata: “... uma aberração da natureza praticamente, foi tudo isso que me passaram...”.

O conflito é gerado pela manifestação da sexualidade de Eduardo? Obviamente, não. São as pessoas que trazem o conflito para ele. São os significados que a manifestação da homossexualidade tem para os adultos que geram a dor e o sofrimento para ele. Sua frase é cristalina: “As pessoas viam em mim o que eu não queria ver!”. É claro o estereótipo social: um menino que demonstre atividades mais “femininas” será ou já é homossexual. Aos 8 anos Eduardo diz que prefere jogos mais “típicos” de meninas.

Ele é chamado para sua primeira experiência sexual, sente prazer, se sente, digamos, bem consigo mesmo. A dor e o sofrimento chegam quando ele associa o que significa socialmente uma atividade sexual com alguém do mesmo sexo. E não quando ele pratica este jogo sexual. Sintetizando, Eduardo sofreu bastante, encontrou a ajuda de um psicoterapeuta e de um grupo de apoio. Quando de sua entrevista, em 2003, vivia bem com sua família e pares de amigos. Ele, como Marcelo, um outro entrevistado, milita no movimento “homossexual” e participam de grupos de apoio para jovens “homossexuais” em São Paulo.

Nota-se com clareza, o quanto a palavra “homossexual” passou a significar atribuição de uma identidade e de múltiplas e perversas significações. O discurso da heteronormatividade também está presente, as concepções hegemônicas do masculino se fazem notar e a opressão e o sofrimento que é causado por esta prática discursiva também. É o discurso da heteronormatividade que temos de superar, se quisermos avançar na compreensão dos sujeitos homossexuais e de diferentes identidades sexuais e de gênero.

A psicologia sócio-histórica: uma outra possibilidade de pensar o ser humano

Mas e as teorias de desenvolvimento em psicologia? Elas não nos autorizam a falar deste modo da sexualidade e do gênero sexual. L. S. Vigotski ([1934]2001), psicólogo russo, teórico do desenvolvimento infantil, nos dá uma outra possibilidade de se pensar a adolescência. Analisando a importância do pensamento e da linguagem e tomando a palavra, que sempre é carregada de conteúdos emocionais, como o principal instrumento humano de transformação social, ou seja, transformamos a nós mesmos em nossas relações sociais, somos sujeitos relacionais, transformadores e transformados da/pela nossa sociedade e dependentes do período histórico em que vivemos.

Vigotski nos diz que por volta dos 14 anos o adolescente já tem a capacidade de elaboração de um conceito, se quiserem neste momento, de apreender o significado das relações afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo, tanto social quanto para ele e; especialmente o sentido que tal manifestação desta sexualidade adquire para ele. O autor afirma sobre o sentido de uma palavra: “... é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variadas...”. Sobre o significado de uma palavra: “... O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos...” (pág.465)

Traduzindo; se as relações afetivas e/ou sexuais com pessoas do mesmo sexo têm um significado social bastante ruim, para os sujeitos que se auto-identificam como homossexuais, no entanto, essa expressão da sexualidade pode adquirir um sentido

positivo, transformador e benéfico, de acordo com a vivência do sujeito. Ou seja, seguindo-se Vigotski, podemos afirmar que somos seres *relacionais*, que nossas identidades de gênero, sexual são construídas em nossas relações cotidianas, conforme Butler (2003).

Finalizando...

Com as atuais teorias em desenvolvimento, sem um exercício profissional crítico, cotidiano, corremos o risco de quando um jovem surgir diante de nós, com práticas sexuais que difiram da norma social dos gêneros, o culpabilizarmos ou o encaixamos em padrões de gênero, atribuindo características de personalidade e de preferência de posição, durante o ato sexual, ou seja, pensarmos no homossexual como “passivo” durante o ato, de atribuirmos características de personalidades que não são do sujeito, mas que lhe foram atribuídas no século XIX .

Não notamos que a sexualidade é plástica, flexível, contraditória, vinculada a uma dada cultura e época histórica, enfim, um construto sócio-histórico. Ou nos termos foucaultianos um dispositivo do “poder-saber”. Tomamos nosso objeto, no caso o sujeito e sua sexualidade, como duas estruturas fixas, a-históricas, e dependentes das identidades de gênero, não percebendo que o que é tomado como “naturalmente” masculino ou feminino são construções históricas ou sociais, não essências biológicas.

É necessário repensarmos nossas concepções de sujeito e gênero para que avancemos em nossa ciência. A psicologia sócio-histórica surge como uma nova possibilidade, para ela o sujeito é relacional e isto significa que sua subjetividade é interdependente de fatores históricos e culturais.

Santos, E. N. dos (2008). Adolescence, homosexuality, gender: social-historical psychology as a new path. *Revista de Psicologia da UNESP*, 7(1), 1-11.

Abstract: *Attempting to form new ways in psychologic sciences to a better of the so called homosexual teenager and of the identities of gender, we attempt in this article to demolish and question the essentialists and of what is natural that still constrict the concepts of adolescence, homosexuality and gender for the most part of the professionals and researchers in psychology. We have used the theoretical approach of the Social-Historical Psychology, as proposed by L. S. Vigotsky and González-Rey.*

Keywords: *Development, Homosexuality, Gender and Adolescence.*

Referências

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1992). *Adolescência normal* (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício - estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Costa, J. F. (1995). *A face e o verso - estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Foucault, M. (1993). *História da sexualidade - a vontade de saber* (11ª ed.). São Paulo: Graal.
- Freud, S. (1981). *Tres ensayos para una teoria sexual - Obras completas* (V. II). Madrid: Biblioteca Nueva.
- González-Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Herdt, G. & Boxer, A. (1996). *Children of horizons: how gay and lesbians teens are leading a new way out of the closet*. Boston: Bacon Press
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo - corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Reluma Dumará.
- Louro, G. L. (2001, 2º semestre). Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Ano 9(542).
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In S. Ozella, *Adolescência e psicologia - concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-23). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Santos, B. R. (1996). *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência. Mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. Dissertação de Mestrado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Santos, E. N. (2004). “Conto ou não conto?” - *Os significados e os sentidos de tornar pública a orientação sexual homossexual para adolescentes masculinos da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Vigotsky, L. S. (1934/2001) *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.